



Escola de Administração  
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
- 2002 -

# Técnico da Receita Federal

# P.2

**ATENÇÃO: PARA RESPONDER A SUA PROVA NÃO LEVE EM CONSIDERAÇÃO O NÚMERO DO GABARITO APOSTO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.**

## INSTRUÇÕES

Nome: \_\_\_\_\_ Nº Inscrição: \_\_\_\_\_

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4h**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 70**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 10	2
Direito Tributário e Legislação Tributária	11 a 40	
Direito Constitucional e Administrativo	41 a 60	
Organização Básica e Funcionamento do MF e da SRF	61 a 70	

**Boa Prova**

## CONTABILIDADE GERAL

- 01- Em primeiro de outubro de 2001, a Imobiliária Casa & Terra S/A recebeu, antecipadamente, seis meses de aluguel com valor mensal de R\$ 300,00 e pagou o aluguel dos próximos doze meses no valor anual de R\$ 2.400,00.

Nesse caso, as regras do regime contábil da competência nos leva a afirmar que no balanço de encerramento do exercício, elaborado em 31.12.01, em decorrência desses fatos haverá

- a) despesas do exercício seguinte no valor de R\$ 600,00.
- b) receitas do exercício seguinte no valor de R\$ 900,00.
- c) despesas do exercício seguinte no valor de R\$ 1.200,00.
- d) receitas do exercício seguinte no valor de R\$ 1.800,00.
- e) despesas do exercício seguinte no valor de R\$ 2.400,00.

- 02- O patrimônio da Empresa Alvas Flores, em 31.12.01, era composto pelas seguintes contas e respectivos saldos, em valores simbólicos.

Caixa	R\$ 100,00
Capital Social	R\$ 350,00
Empréstimos Obtidos LP	R\$ 150,00
Bancos c/Movimento	R\$ 200,00
Lucros Acumulados	R\$ 200,00
Fornecedores	R\$ 100,00
Contas a Receber	R\$ 100,00
Empréstimos Concedidos LP	R\$ 100,00
Dividendos a Pagar	R\$ 150,00
Duplicatas Emitidas	R\$ 800,00
Notas Promissórias Emitidas	R\$ 500,00
Adiantamento de Clientes	R\$ 200,00
Impostos a Pagar	R\$ 50,00
Equipamentos	R\$ 100,00
Clientes	R\$ 450,00
Reserva Legal	R\$ 100,00
Mercadorias	R\$ 500,00
Notas Promissórias Aceitas	R\$ 250,00
Duplicatas Aceitas	R\$ 1.000,00
Patentes	R\$ 200,00

A representação gráfica do patrimônio que acima se compõe evidenciará um ativo total no valor de

- a) R\$ 2.400,00
- b) R\$ 2.600,00
- c) R\$ 2.800,00
- d) R\$ 2.850,00
- e) R\$ 3.050,00

- 03- A nossa Empresinha de Compras realizou as cinco operações abaixo, no prazo de uma semana.

- 1 - comprou objetos por R\$ 2.000,00, pagando 30% de entrada;
- 2 - pagou a conta de luz vencida no mês passado, no valor de R\$ 95,00;
- 3 - vendeu 2/4 dos objetos por R\$ 800,00, recebendo 40% de entrada;
- 4 - registrou a conta de luz do mês (R\$ 80,00) para pagamento no mês seguinte; e
- 5 - vendeu, a vista, o resto dos objetos comprados, por R\$ 1.300,00.

A contabilização obedece aos princípios fundamentais da Contabilidade; as operações de compra e venda não sofreram tributação; não houve outras transações no mês.

O registro contábil desses fatos, se corretamente lançados, evidenciará o seguinte resultado do mês:

- a) R\$ 5,00 (lucro)
- b) R\$ 20,00 (lucro)
- c) R\$ 75,00 (prejuízo)
- d) R\$ 100,00 (lucro)
- e) R\$ 155,00 (prejuízo)

- 04- Estudiosos notáveis da Contabilidade têm-na contemplado com diversas teorias e proposições. Três dessas teorias sobrevivem e, hoje, são consideradas principais. Uma delas, conhecida como Teoria Personalista ou Personalística, classifica todas as contas em:

- a) contas patrimoniais e contas diferenciais.
- b) contas integrais e contas diferenciais.
- c) contas patrimoniais e contas de resultado.
- d) contas de agentes consignatários e contas de proprietário.
- e) contas de agentes e contas de proprietário.

05- A empresa Andaraqui S/A possui no Ativo Imobilizado um imóvel adquirido por R\$ 65.000,00 e Móveis e Utensílios adquiridos por R\$ 20.000,00. O desgaste desses bens é contabilizado anualmente, calculado pelo método da linha reta.

No encerramento do exercício, em 31.12.01, o imóvel completou exatos oito anos de uso e os móveis apenas quatro anos. A vida útil do imóvel (edificação) foi estimada em 25 anos e a dos móveis e utensílios em 10 anos. Os saldos não sofreram baixas, reavaliação, nem correção monetária. O custo do terreno equivale a 60% do imóvel.

Com as informações supra alinhadas, feitos os cálculos corretos, podemos dizer que no balanço de 31.12.01, a depreciação acumulada de imóveis e de móveis e utensílios estará com saldo credor de

- a) R\$ 4.600,00
- b) R\$ 14.720,00
- c) R\$ 16.320,00
- d) R\$ 18.400,00
- e) R\$ 28.800,00

06- Observe o seguinte lançamento, constante do Diário da Firma Violetas – ME, do qual foi, cuidadosa e didaticamente, suprimido o histórico para fins de concurso.

Duplicatas Descontadas  
a Diversos  
    valor que se registra em  
    decorrência ....., a saber:  
a Bancos c/ Movimento  
    ..... R\$ 1.300,00  
a Duplicatas a Receber  
    ..... R\$ 2.700,00 R\$ 4.000,00

O histórico suprimido no lançamento supra descrito deverá descrever a

- a) quitação de desconto bancário, com devolução de duplicatas não recebidas.
- b) quitação de desconto bancário, com liquidação de duplicatas recebidas.
- c) contratação de desconto bancário, com entrega de duplicatas, recebendo parte do dinheiro em conta corrente.
- d) quitação de desconto bancário, com devolução de duplicatas não recebidas e liquidação de duplicatas recebidas.
- e) quitação de desconto bancário, com liquidação de duplicatas recebidas e devolução de duplicatas não recebidas.

07- Entre as formalidades extrínsecas e intrínsecas dos Livros de Escrituração, destacamos as abaixo indicadas, exceto:

- a) Termos de abertura e de encerramento.
- b) Registro na Junta Comercial (autenticação).
- c) Numeração tipográfica e seqüencial das folhas.
- d) Escrituração em ordem cronológica de dia, mês e ano.
- e) Existência de emendas, rasuras e espaço em branco.

08- Abaixo estão cinco afirmativas relacionadas com o Balanço Patrimonial. Assinale a opção que expressa uma afirmação falsa.

- a) As duplicatas descontadas, cujos vencimentos ocorrerem após o encerramento do exercício social seguinte ao do balanço, formarão conta redutora do ativo realizável a longo prazo.
- b) As sociedades podem valer-se da constituição de reserva para contingências para enfrentar a quitação futura de seu passivo trabalhista.
- c) São coligadas as sociedades quando uma participa com 10% ou mais do capital social da outra, sem controlá-la.
- d) Consoante o critério de avaliação das contas, no ativo circulante, os direitos realizáveis compreendem as contas representativas de disponibilidades, bens, direitos ou valores a receber.
- e) Consideram-se ativo diferido as aplicações de recursos em gastos que contribuam para a formação do resultado de mais de um exercício social.

09- As contas abaixo representam um grupo de receitas e despesas e, embora distribuídas, aqui, aleatoriamente, compõem a demonstração do resultado do exercício da empresa Bomservice S/A.

Impostos e Taxas	250,00
Receitas de Serviços Prestados	100.000,00
Propaganda e Publicidade	900,00
Receitas Não-Operacionais	2.500,00
Provisão para Contribuição Social	8.000,00
Juros Recebidos	750,00
Depreciação	350,00
Serviços Cancelados	10.000,00
PIS/PASEP	1%
Despesas Bancárias	400,00
Custos dos Serviços Prestados	65.200,00
Descontos Incondicionais Concedidos	10.000,00
Descontos Condicionais Concedidos	1.000,00
Comissões Pagas Sobre Serviços Líquidos	8.000,00
Juros Pagos	250,00
COFINS	2%
Salários e Encargos	1.500,00
Água e Energia	100,00
Provisão para Imposto de Renda	15%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	3%
Descontos Obtidos	7.500,00

Ordenando-se as contas, adequadamente, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e apurando-se o resultado líquido do exercício, podemos afirmar que

- a) a Receita Líquida de Serviços será de R\$ 77.600,00.
- b) o Lucro Operacional Líquido será de R\$ 8.000,00.
- c) o Lucro Líquido após o IR e a CSLL será de R\$ 6.000,00.
- d) a Provisão para Imposto de Renda será de R\$ 1.080,00.
- e) a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido será de R\$ 680,00.

10- A Comercial Flores Ltda. apurou os seguintes dados em relação à mercadoria “Palmas”, no exercício de 2001:

Estoque inicial	120 unidades ao custo unitário de R\$ 2,00
Compras	120 unidades ao preço unitário de R\$ 2,50
Vendas	120 unidades ao preço unitário de R\$ 3,50
Compras	100 unidades ao preço unitário de R\$ 3,00
Vendas	100 unidades ao preço unitário de R\$ 4,80

As operações de compra e venda são tributadas a 20% com ICMS e o faturamento é tributado a 3% para a COFINS.

A empresa utiliza o critério UEPS para avaliação dos estoques.

Feitos os cálculos devidos e elaborando-se a demonstração parcial do resultado do exercício, vamos encontrar um Lucro Bruto sobre Vendas no valor de:

- a) R\$ 213,00
- b) R\$ 240,00
- c) R\$ 253,00
- d) R\$ 280,00
- e) R\$ 693,00

## DIREITO TRIBUTÁRIO

11- São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:

- a) os atos normativos expedidos pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, sempre que despidos de eficácia normativa.
- c) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
- d) os Acordos Internacionais.
- e) os Convênios que entre si celebrem as Partes Contratantes no âmbito da Aladi e do Mercosul.

12- Assinale a opção correta.

- a) A lei tributária nova aplica-se a ato ou fato pretérito, quando seja expressamente interpretativa, incluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- b) A lei tributária nova não pode ser aplicada a ato ou fato pretérito.
- c) A lei tributária nova aplica-se a ato ou fato pretérito, quando comine penalidade mais severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.
- d) A lei tributária nova aplica-se a ato ou fato pretérito, quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e tenha implicado falta de pagamento de tributo.
- e) A lei tributária nova aplica-se a ato ou fato pretérito, quando deixe de defini-lo como infração.

13- Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada (art.108 da Lei 5.172/65-Código Tributário Nacional):

- a) a analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a equidade.
- b) os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público, a equidade; a analogia.
- c) a equidade; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; a analogia.
- d) a analogia; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a equidade.
- e) a analogia; a equidade; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário.

14- Indique quais situações, entre outras, "suspendem" a exigibilidade do crédito tributário:

- a) a concessão de medida liminar em mandado de segurança; a isenção condicionada; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- b) o depósito do montante integral do crédito; a isenção condicionada; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a anistia fiscal.
- c) a moratória; o depósito do montante integral do crédito; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- d) a moratória, a anistia fiscal, a remissão; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- e) a concessão de medida liminar em mandado de segurança; a isenção condicionada; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a isenção condicionada.

15- Indique em quantos anos prescreve o direito a interpor ação anulatória da decisão administrativa que denegar restituição.

- a) 1 ano
- b) 2 anos
- c) 3 anos
- d) 4 anos
- e) 5 anos

16- Assinale a opção correta.

- a) A expressão "Fazenda Pública", nos termos do Código Tributário Nacional, somente se aplica à Fazenda Pública da União.
- b) A expressão "Fazenda Pública", nos termos do Código Tributário Nacional, aplica-se à Fazenda Pública da União e dos Estados.
- c) A expressão "Fazenda Pública", nos termos do Código Tributário Nacional, aplica-se à Fazenda Pública da União, dos Estados e dos Municípios.
- d) A expressão "Fazenda Pública", nos termos do Código Tributário Nacional, aplica-se à Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) A expressão "Fazenda Pública", nos termos do Código Tributário Nacional, aplica-se exclusivamente ao Ministério da Fazenda.

#### **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:**

##### **LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS**

17- Constituição Federal, artigo 153, parágrafo 3º:

§ 3º - O imposto previsto no inciso IV: (Imposto Sobre Produtos Industrializados)

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - .....

Em face do enunciado, assinale a opção correta.

- a) Seletividade quer dizer discriminação ou sistema de alíquotas diferenciais por espécies de mercadorias. Trata-se de dispositivo programático endereçado ao legislador ordinário, recomendando-lhe que estabeleça as alíquotas em razão inversa da imprescindibilidade das mercadorias de consumo generalizado. Quanto mais sejam elas necessárias à alimentação, ao vestuário, à moradia, ao tratamento médico e higiênico das classes mais numerosas, tanto menores devem ser.
- b) Seletividade quer dizer discriminação ou sistema de alíquotas diferenciais por espécies de mercadorias. Trata-se de dispositivo programático endereçado ao legislador ordinário, recomendando-lhe que estabeleça as alíquotas em razão direta da imprescindibilidade das mercadorias de consumo generalizado. Quanto menos sejam elas necessárias à alimentação, ao vestuário, à moradia, ao tratamento médico e higiênico das classes mais numerosas, tanto menores devem ser.
- c) Seletividade quer dizer discriminação ou sistema de alíquotas homogêneas por espécies de mercadorias. Trata-se de dispositivo programático endereçado ao legislador ordinário, recomendando-lhe que estabeleça as alíquotas em razão direta da imprescindibilidade das mercadorias de consumo supérfluo. Quanto mais sejam elas necessárias à alimentação, ao vestuário, à moradia, ao tratamento médico e higiênico das classes mais numerosas, tanto maiores devem ser.
- d) Seletividade quer dizer não-discriminação ou sistema de alíquotas homogêneas por espécies de mercadorias. Trata-se de dispositivo programático endereçado ao legislador ordinário, recomendando-lhe que estabeleça as alíquotas em razão inversa da imprescindibilidade das mercadorias de consumo generalizado. Quanto mais sejam elas necessárias à alimentação, ao vestuário, à moradia, ao tratamento médico e higiênico das classes mais numerosas, tanto menores devem ser.
- e) Seletividade quer dizer discriminação ou sistema de alíquotas diferenciais por espécies de mercadorias. Trata-se de dispositivo programático endereçado ao legislador constitucional, recomendando-lhe que estabeleça as alíquotas em razão inversa da imprescindibilidade das mercadorias de consumo supérfluo. Quanto mais sejam elas necessárias à alimentação, ao vestuário, à moradia, ao tratamento médico e higiênico das classes menos numerosas, tanto menores devem ser.

18- Relativamente às cooperativas, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que se dedicarem a venda em comum dos bens de produção, recebidos de seus associados para comercialização, a legislação sobre produtos industrializados as considera estabelecimentos

- a) equiparados à Industrial.
- b) industriais.
- c) equiparados a importadores.
- d) equiparados à Industrial, por opção.
- e) comerciais.

19- É admitido o crédito do imposto relativo às matérias-primas e material de embalagem adquiridos para emprego na industrialização de produtos destinados à exportação para o exterior, saídos com imunidade (Dec.Lei 491, de 1969, art.5º, e Lei 8.402, de 1992, art.1º, inciso II). Segundo o Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados-RIPI, trata-se de um crédito:

- a) básico
- b) por devolução
- c) como incentivo
- d) presumido
- e) por estorno

20- O procedimento através do qual opera-se a constituição do crédito tributário pela identificação do sujeito passivo, pela descrição e classificação do produto, pela declaração de seu valor, pelo cálculo do imposto, e, sendo o caso, da penalidade prevista, é denominado:

- a) diferimento
- b) base de cálculo
- c) fato gerador
- d) lançamento
- e) deferimento

## LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

21- Identifique a razão que leva o legislador aduaneiro a "alfandegar" determinados portos, aeroportos ou pontos da fronteira terrestre, fixando os locais servidos por repartições aduaneiras onde possam

- a) estacionar ou transitar veículos procedentes ou destinados ao exterior; ser efetuadas operações de carga, descarga, armazenagem ou passagem de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas; embarcar, desembarcar ou transitar viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados.
- b) estacionar ou transitar veículos procedentes ou destinados ao exterior; ser efetuadas operações de descarga e pesagem de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas; embarcar, desembarcar ou transitar viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados.
- c) estacionar ou transitar veículos procedentes do exterior; ser efetuadas operações de carga, descarga, armazenagem ou passagem de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas; embarcar, desembarcar ou transitar viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados.
- d) estacionar ou transitar veículos destinados ao exterior; ser efetuadas operações de carga, ou passagem de mercadorias destinados ao exterior; embarcar, desembarcar ou transitar viajantes procedentes do exterior ou a ele destinados.
- e) estacionar ou transitar veículos procedentes ou destinados ao exterior; ser efetuadas operações de carga, descarga, armazenagem ou passagem de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinadas; desembarcar ou transitar viajantes procedentes do exterior.



22- No ato da "visita aduaneira", o responsável pelo veículo transportador apresentará à autoridade aduaneira os seguintes documentos:

- a) manifesto de cargas com cópias dos conhecimentos correspondentes; a lista de sobressalentes e as provisões de bordo; relação da carga existente a bordo; declaração de acréscimo de volume ou mercadoria em relação declarado no conhecimento; declarações de bagagem dos viajantes, se exigidas pelas normas específicas; lista dos pertences da tripulação, como tais entendidos os bens e objetos de uso pessoal, componentes de sua bagagem; para os portos seguintes ao primeiro da entrada, o passe de entrada do porto da escala anterior.
- b) conhecimento de cargas com cópias dos manifestos correspondentes; a lista de sobressalentes e as provisões de bordo; relação das unidades de carga vazias existentes a bordo; declaração de acréscimo de volume ou mercadoria em relação ao manifestado; declarações de bagagem dos viajantes, se exigidas pelas normas específicas; lista dos pertences da tripulação, como tais entendidos os bens e objetos de uso pessoal, componentes de sua bagagem; para os portos seguintes ao primeiro da entrada, o passe de saída do porto da escala anterior.
- c) manifesto de cargas com cópias dos conhecimentos correspondentes; a lista de sobressalentes e as provisões de bordo; relação das unidades de carga vazias existentes a bordo; declaração de acréscimo de volume ou mercadoria em relação ao manifestado; declarações de bagagem dos viajantes, se exigidas pelas normas específicas; lista dos pertences da tripulação, como tais entendidos os bens e objetos de uso pessoal, componentes de sua bagagem; para os portos seguintes ao primeiro da entrada, o passe de saída do porto da escala anterior.
- d) manifesto de cargas com cópias dos conhecimentos correspondentes; a lista de sobressalentes e as provisões de bordo; relação das unidades de carga cheias existentes a bordo; declaração de falta de volume ou mercadoria em relação ao manifestado; declarações de bagagem dos viajantes, se exigidas pelas normas específicas; lista dos pertences da tripulação, como tais entendidos os bens e objetos de uso pessoal componentes de sua bagagem; para os portos seguintes ao primeiro da entrada, o passe de saída do porto da escala anterior.

- e) manifesto de cargas com cópias dos conhecimentos correspondentes; a lista de sobressalentes e as provisões de bordo; relação das unidades de carga vazias existentes a bordo; declaração de acréscimo de volume ou mercadoria em relação ao manifestado; declarações de bagagem dos viajantes, se exigidas pelas normas específicas; lista dos pertences da tripulação, como tais entendidos os bens e objetos de uso pessoal, componentes de sua bagagem; para os portos seguintes ao primeiro da entrada, o passe de entrada do porto da escala anterior.

23- Caso se trate de mercadoria constante de manifesto ou documento equivalente, cuja falta for apurada pela autoridade aduaneira, reputar-se-á como ocorrido o fato gerador:

- a) no dia do registro do manifesto.
- b) no dia do lançamento do crédito tributário.
- c) no dia do registro da declaração de importação.
- d) no primeiro dia útil do mês subsequente à apuração da falta.
- e) no dia da atracação do veículo transportador.

24- A base de cálculo do Imposto de Importação é:

- a) em se tratando de alíquota específica, a quantidade de mercadoria expressa na unidade de medida indicada na Tarifa baixada pelo Ministro da Fazenda.
- b) em se tratando de alíquota *ad-valorem*, o preço pelo qual a mercadoria ou similar é normalmente oferecida a venda no mercado atacadista do país exportador, somado às despesas efetivamente pagas para sua colocação a bordo no porto de embarque para o Brasil, ao seguro e ao frete (CIF), deduzidos, quando for o caso, os impostos exigíveis para consumo interno e recuperáveis pela exportação.
- c) em se tratando de alíquota *ad-valorem*, o preço do produto adquirido numa venda internacional em condições de livre concorrência, e relativo ao custo da exportação acrescido das despesas incorridas para colocação no porto de embarque.
- d) em se tratando de alíquota *ad-valorem*, o preço do produto adquirido em licitação pública, deduzidos os impostos internos exigíveis no mercado interno e acrescido do frete e seguro internacionais.
- e) quando a alíquota for *ad-valorem*, o valor aduaneiro definido no Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), no qual o Brasil é parte.

25- Por Depósito Franco entende-se o Regime Aduaneiro Especial Atípico que

- a) permite a estocagem de partes, peças e materiais de reposição ou manutenção para veículos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, assim como de seus componentes, estrangeiros, nacionalizados ou não, nos casos definidos pelo Ministro da Fazenda.
- b) permite a guarda de materiais de manutenção e preparo de embarcações e aeronaves utilizadas no transporte comercial internacional, de empresas autorizadas a operar esse serviço.
- c) permite o funcionamento, em portos ou aeroportos, de lojas para venda de mercadoria nacional ou estrangeira a passageiros em viagens internacionais, contra pagamento em cheque de viagem ou moeda estrangeira conversível.

- d) permite a determinado estabelecimento de uma indústria importar, com suspensão de tributos, mercadorias que, depois de submetidas à industrialização, deverão destinar-se ao mercado externo.
- e) consiste em recinto alfandegado, instalado em porto brasileiro, e que visa atender o fluxo comercial de países limítrofes com terceiros países.

26- Indique as pessoas que estão, necessariamente, obrigadas a assistir à vistoria aduaneira de mercadorias avariadas.

- a) O depositário, o perito vistoriador indicado pela Receita Federal e o segurador.
- b) O depositário, o segurador e o consignatário.
- c) O depositário, o importador e o perito vistoriador indicado pela Receita Federal.
- d) O depositário, o importador e o transportador.
- e) O depositário, o transportador e o segurador.

27- As normas legais e regulamentares que dispõem sobre o Imposto de Exportação prescrevem que:

- a) o Imposto de Exportação incide sobre mercadoria nacional ou nacionalizada destinada ao exterior.
- b) a base de cálculo do Imposto de Exportação é o preço normal que a mercadoria, ou seu similar, alcançaria ao tempo de uma exportação, em uma venda em condições de livre concorrência no mercado internacional, observadas as normas expedidas pelo Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda.
- c) poderá o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior reduzir ou elevar a alíquota para atender aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.
- d) considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto de Exportação na data do efetivo embarque, devidamente comprovada pela exibição do conhecimento de transporte.
- e) Na administração do Imposto de Exportação aplicar-se-ão supletivamente as normas que regulam a administração do Imposto sobre Produtos Industrializados.

28- O pagamento do Imposto de Exportação será realizado na forma e momento fixados pelo

- a) Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que poderá determinar sua exigibilidade antes da efetiva saída do território aduaneiro da mercadoria a ser exportada.
- b) Ministro da Fazenda, que poderá determinar sua exigibilidade antes da efetiva saída do território aduaneiro da mercadoria a ser exportada.
- c) Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, que poderá determinar sua exigibilidade antes da efetiva saída do território aduaneiro da mercadoria a ser exportada.
- d) Diretor do Departamento de Comércio Exterior, da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que poderá determinar sua exigibilidade antes da efetiva saída do território aduaneiro da mercadoria a ser exportada.
- e) Presidente do Banco Central do Brasil, que poderá determinar sua exigibilidade antes da efetiva saída do território aduaneiro da mercadoria a ser exportada.

#### **LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA**

29- Constituição Federal, art.150, VI, b

art.150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- VI - Instituir impostos sobre;  
b) templos de qualquer culto.

Regulamento do Imposto de Renda, Dec. 3.000/99, art.168:

art.168 - Não estão sujeitos ao imposto os templos de qualquer culto.

Em face dos enunciados acima, assinale a opção correta.

- a) A isenção concedida aos templos de qualquer culto não é de caráter amplo e irrestrito, alcançando apenas as rendas relativas às finalidades essenciais da entidade religiosa, o que não ocorre quando recursos são empregados na concessão de empréstimos para membros da Igreja, sejam eles a título gratuito ou oneroso.

- b) A imunidade concedida aos templos de qualquer culto é de caráter amplo e irrestrito, alcançando apenas as rendas relativas às finalidades essenciais da entidade religiosa, o que não ocorre quando recursos são empregados na concessão de empréstimos para membros da Igreja, sejam eles a título gratuito ou oneroso.
- c) A imunidade concedida aos templos de qualquer culto é de caráter restrito, alcançando as rendas relativas às finalidades da entidade religiosa, o que ocorre quando recursos são empregados na concessão de empréstimos para membros da Igreja, sejam eles a título gratuito ou oneroso.
- d) A imunidade aplicada aos templos de qualquer culto não é de caráter amplo e irrestrito, alcançando apenas as rendas relativas às finalidades essenciais da entidade religiosa, o que ocorre quando recursos são empregados na concessão de empréstimos para membros da Igreja, a título gratuito ou oneroso.
- e) A imunidade concedida aos templos de qualquer culto é de caráter restrito, alcançando apenas as rendas relativas às finalidades essenciais da entidade religiosa, o que ocorre quando recursos são empregados na concessão de empréstimos para membros da Igreja, sejam eles a título gratuito ou oneroso.

30- São contribuintes pessoa jurídica do Imposto de Renda:

- a) as pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no País, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital; as filiais, sucursais, agências ou representações no País das pessoas jurídicas com sede no exterior; os comissários domiciliados no exterior, quanto aos resultados das operações realizadas por seus mandatários ou comitentes no País.
- b) as pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no País, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital; das pessoas jurídicas com sede no exterior; os comitentes domiciliados no exterior, quanto aos resultados das operações realizadas por seus mandatários ou comissários no País.
- c) as pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no País, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital; as filiais, sucursais, agências ou representações no País das pessoas jurídicas com sede no exterior; os comitentes domiciliados no exterior, quanto aos resultados das operações realizadas por seus mandatários ou comissários no País.
- d) as pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no País, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital; as filiais, sucursais, agências ou representações no País das pessoas jurídicas com sede no exterior; os comissários domiciliados no exterior, quanto aos resultados das operações realizadas por seus mandantes ou comitentes no País.
- e) as pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas ou não no País, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital; as filiais, sucursais, agências ou representações no País das pessoas jurídicas com sede no exterior; os comitentes domiciliados no exterior, quanto aos resultados das operações realizadas por seus mandatários ou comissários no País.

31- O imposto de renda das pessoas jurídicas, inclusive das equiparadas, das sociedades civis em geral e das sociedades cooperativas em relação aos resultados obtidos nas operações ou atividades estranhas à sua finalidade, será devido

- a) por ocasião da entrega da declaração de rendimentos do ano-base correspondente ao período gerador da renda.
- b) no período trimestral imediatamente subsequente à obtenção do rendimento.
- c) à medida que os rendimentos, ganhos e lucros forem sendo auferidos.
- d) até a primeira quinzena do mês subsequente à obtenção do rendimento.
- e) à medida que os rendimentos, ganhos e lucros forem sendo declarados.

32- A base de cálculo do imposto, correspondente ao período de apuração, é determinada segundo a lei vigente na data da ocorrência do fato gerador, pelo:

- a) lucro real; lucro diferido; lucro determinado.
- b) lucro real; lucro presumido; lucro efetivo.
- c) lucro real; lucro diferido; lucro efetivo.
- d) lucro real; lucro presumido; lucro arbitrado.
- e) lucro real; lucro presumido; lucro diferido.

33- As pessoas físicas poderão deduzir, do imposto apurado no Brasil, o imposto cobrado pela nação de origem dos rendimentos no exterior, desde que a dedução se dê em conformidade com o previsto em acordo, (ou convenção internacional), firmado com o país de origem dos rendimentos,

- a) quando não houver sido restituído ou compensado naquele país, ou quando haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no Brasil.
- b) quando houver sido restituído ou compensado naquele país, ou quando haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no Brasil.
- c) quando houver sido restituído ou compensado naquele país, ou quando não haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no Brasil.
- d) quando não houver sido restituído ou compensado naquele país, ou quando não haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos no Brasil.
- e) quando não houver sido restituído ou compensado naquele país, ou quando haja reciprocidade de tratamento em relação aos rendimentos produzidos em qualquer País.

34- A ajuda de custo destinada a atender as despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiado e seus familiares, em caso de remoção de um município para outro,

- a) não integrará o cômputo do rendimento líquido, caracterizando-se como uma isenção condicionada à comprovação posterior.
- b) integrará o cômputo do rendimento bruto, caracterizando-se como uma dedução condicionada à comprovação posterior.
- c) não integrará o cômputo do rendimento líquido, caracterizando-se como um abatimento condicionado à comprovação posterior.
- d) integrará o cômputo do rendimento bruto, caracterizando-se como uma não-incidência condicionada à comprovação posterior.
- e) não integrará o cômputo do rendimento bruto, caracterizando-se como uma isenção condicionada à comprovação posterior.

35- É permitida a dedução, até determinado limite estabelecido pela legislação, de despesas incorridas individualmente com a educação do contribuinte e de seus dependentes.

Em face do enunciado, assinale a opção correta.

- a) O valor da dedução será obtido multiplicando-se o limite legal estabelecido pelo número de pessoas (contribuinte mais dependentes); admitida a transferência do excesso individual para outra pessoa.
- b) O valor da dedução será obtido multiplicando-se o limite legal estabelecido pelo número de pessoas (contribuinte mais dependentes); vedada a transferência do excesso individual para outra pessoa.
- c) O valor da dedução é o limite legal estabelecido independentemente do número de pessoas (contribuinte mais dependentes); admitida a transferência do excesso individual para outra pessoa.
- d) O valor da dedução é o limite legal estabelecido independentemente do número de pessoas (contribuinte mais dependentes); vedada a transferência do excesso individual para outra pessoa.
- e) O valor da dedução é o limite legal estabelecido dividido pelo número de pessoas (contribuinte mais dependentes); admitida a transferência do excesso individual para outra pessoa.

36- Assinale a opção correta.

- a) Estão isentos do imposto sobre a renda os rendimentos de trabalho assalariado percebidos, no Brasil, por servidores diplomáticos de governo estrangeiro, desde que assegurada reciprocidade de tratamento aos brasileiros que, naqueles países, exerçam idênticas funções.
- b) Não estão isentos do imposto sobre a renda os rendimentos de trabalho assalariado percebidos, no Brasil, por servidores diplomáticos de governo estrangeiro, desde que assegurada reciprocidade de tratamento aos brasileiros que, naqueles países, exerçam idênticas funções.
- c) Estão isentos do imposto sobre a renda os rendimentos de ganhos de capital percebidos, no Brasil, por servidores diplomáticos de governo estrangeiro, desde que assegurada reciprocidade de tratamento aos brasileiros que, naqueles países, exerçam idênticas funções.
- d) Estão isentos do imposto sobre a renda os rendimentos de trabalho assalariado percebidos, no Brasil, por servidores diplomáticos de governo estrangeiro, independentemente de reciprocidade de tratamento aos brasileiros que, naqueles países, exerçam idênticas funções.
- e) Estão isentos do imposto sobre a renda os ganhos de capital percebidos, no Brasil, por servidores diplomáticos de governo estrangeiro, independentemente de reciprocidade de tratamento aos brasileiros que, naqueles países, exerçam idênticas funções.

**LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES  
ADMINISTRADAS PELA SRF**

37- Compete exclusivamente à União Federal instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto na Constituição Federal, nos arts.146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto o art.195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.(art.149 da Constituição Federal)

Em face do enunciado, assinale a opção correta.

- a) As contribuições sociais estão jungidas aos princípios da legalidade estrita (art.150, I), da irretroatividade (150, III, "a"), e da anterioridade (art.150, III, "b"), excepcionado o princípio da anterioridade para as contribuições sociais destinadas à seguridade social, as quais serão exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação que as houver instituído ou modificado (art.195, § 6º).

- b) As contribuições sociais não estão jungidas aos princípios da legalidade estrita (art.150, I), da irretroatividade (150, III, "a"), e da anterioridade (art.150, III, "b"), excepcionado o princípio da anterioridade para as contribuições sociais destinadas à seguridade social, as quais serão exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação que as houver instituído ou modificado (art.195, § 6º).
- c) As contribuições sociais estão jungidas aos princípios da legalidade estrita (art.150, I), da irretroatividade (150, III, "a"), e da anterioridade (art.150, III, "b"), excepcionado o princípio da anterioridade para as contribuições sociais destinadas à intervenção no domínio econômico, as quais serão exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação que as houver instituído ou modificado (art.195, § 6º).
- d) As contribuições sociais estão jungidas aos princípios da legalidade estrita (art.150, I), da irretroatividade (150, III, "a"), e da anterioridade (art.150, III, "b"), excepcionado o princípio da anterioridade para as contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, as quais serão exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação que as houver instituído ou modificado (art.195, § 6º).
- e) As contribuições sociais estão jungidas aos princípios da legalidade estrita (art.150, I), da irretroatividade (150, III, "a"), e da anterioridade (art.150, III, "b"), excepcionado o princípio da anterioridade para as contribuições de melhoria, as quais serão exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação que as houver instituído ou modificado (art.195, § 6º).

38- A base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS/PASEP e ao COFINS é obtida pela receita:

- a) bruta (faturamento) da pessoa jurídica, acrescida das inclusões previstas em lei.
- b) líquida (faturamento) da pessoa jurídica, deduzidas as exclusões previstas em lei.
- c) líquida (faturamento) da pessoa jurídica, deduzidas as inclusões previstas em lei.
- d) líquida (faturamento) da pessoa jurídica, acrescidas das exclusões previstas em lei.
- e) bruta (faturamento) da pessoa jurídica, deduzidas as exclusões previstas em lei.

39- Admite-se o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, como ressarcimento da contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para a Seguridade Social-COFINS, incidentes sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem utilizados no processo produtivo de bens destinados à exportação. Assim, crédito presumido destina-se

- a) unicamente a empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação.
- b) unicamente a empresa produtora e exportadora de mercadorias nacionais.
- c) a empresa produtora e exportadora de mercadorias nacionais e a empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação.
- d) a empresa produtora e a importadora de mercadorias estrangeiras, e a empresa comercial exportadora, com o fim específico de exportação.
- e) a empresa produtora e exportadora de mercadorias nacionais e a empresa comercial exportadora, com o fim específico de importação vinculada à exportação.

40- A contribuição para o PIS/PASEP será apurada:

- a) anualmente
- b) semestralmente
- c) trimestralmente
- d) mensalmente
- e) quinzenalmente

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nas questões 41 a 44, assinale a opção correta.

- 41- a) Na Federação brasileira, os Estados-membros dispõem do direito de secessão, como expressão do princípio da autodeterminação dos povos.
- b) A Constituição Federal, ao proclamar o princípio da separação de Poderes, cria obstáculo absoluto a que um poder fiscalize o outro.
- c) Lei que viesse a instituir o regime de partido político único entre nós feriria princípio fundamental da República Federativa do Brasil.
- d) A Constituição Federal em vigor é toda ela voltada para a defesa de valores sociais e da cidadania, por isso mesmo, os valores da livre iniciativa não são arrolados como princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) Embora diga que todo poder emana do povo, a Constituição estabelece que o poder é exercido pelos representantes do povo, não admitindo hipótese de exercício do poder diretamente pelo povo.
- 42- a) A liberdade de expressão, um direito fundamental consagrado na Constituição Federal, é incompatível com lei que exija licença para o funcionamento de rádios, em especial de rádios comunitárias.
- b) A liberdade de expressão artística somente protege o artista que cria obras consideradas de superior valor estético.
- c) Inclui-se no âmbito da liberdade de expressão a manifestação de opiniões anonimamente.
- d) O servidor público, enquanto estiver no desempenho de cargo público, não pode exercer a liberdade de expressão.
- e) O abuso na manifestação de pensamento não está protegido pela liberdade de expressão, e pode ensejar indenização por danos morais e materiais.

- 43- a) Ninguém pode ser punido, criminal ou administrativamente, antes que a decisão punitiva seja revista por autoridade superior, já que a Constituição consagrou a garantia constitucional do duplo grau de jurisdição administrativa e judicial.
- b) O Ministério Público não está autorizado pela Constituição para quebrar o sigilo das comunicações telefônicas de indivíduo que esteja sob investigação criminal.
- c) Nenhum brasileiro pode ser extraditado.
- d) É inconstitucional a prisão em flagrante delito de pessoa que esteja no interior da sua casa.
- e) Em um processo administrativo, a autoridade que o dirige nunca deve indeferir prova requerida pelo acusado, sob pena de violar o direito constitucional de ampla defesa.
- 44- a) A Constituição protege a liberdade de exercício de culto religioso apenas quando este acontece em lugar fechado ao público em geral.
- b) Uma vez que a Constituição estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, todo o direito instituído pelo constituinte ou pelo legislador ordinário em favor do homem deverá ser considerado como estendido automaticamente à mulher e vice-versa.
- c) Em nenhum caso alguém pode ingressar, à noite, na casa de outrem, sem a permissão expressa do morador.
- d) Um trabalho, ofício ou profissão somente pode ser exercido depois de regulado por lei.
- e) O proprietário de um bem requisitado pelo Poder Público para enfrentar perigo iminente será indenizado posteriormente, se houver dano.
- 45- Se o acusado num processo criminal se recusa a responder às perguntas que lhe são feitas pelo juiz, o magistrado
- a) deve punir o acusado, retirando-lhe o direito de defesa.
- b) poderá prender o acusado até que ele se disponha a dar as respostas pedidas.
- c) pode decretar a prisão do acusado, em face da desobediência à sua ordem.
- d) pode considerar o silêncio como confissão tácita dos crimes que lhe são atribuídos.
- e) deverá respeitar essa decisão.
- 46- Assinale a opção em que não consta um direito classificado como direito social:
- a) Direito de associação para fins lícitos.
- b) Direito à educação.
- c) Direito à saúde.
- d) Direito à moradia.
- e) Direito ao trabalho.
- 47- Não constitui direito social expressamente previsto pelo constituinte:
- a) direito a piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho.
- b) direito ao décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- c) proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- d) direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- e) direito à estabilidade no emprego depois de dez anos de vigência do contrato de trabalho.
- 48- Juan nasceu na Espanha. O seu pai, um brasileiro, havia emigrado há muitos anos, por motivos estritamente pessoais, perdendo todo o contato com o Brasil. A mãe de Juan é espanhola. Aos vinte e dois anos de idade, Juan veio ao Brasil pela primeira vez. Dadas essas coordenadas, assinale a opção correta abaixo:
- a) Se Juan desejar a nacionalidade brasileira, poderá adquiri-la, mas tão-somente na condição de naturalizado.
- b) Se Juan obtiver a nacionalidade brasileira, nunca poderá ingressar na carreira diplomática.
- c) Juan será considerado brasileiro, desde o momento em que veio viver no Brasil, independentemente de qualquer outra manifestação de vontade.
- d) Juan poderá optar pela nacionalidade brasileira, e será considerado, então, brasileiro nato.
- e) Independentemente de qualquer manifestação de vontade, Juan é considerado brasileiro nato desde o seu nascimento, antes mesmo, portanto, de vir ao Brasil.



49- Em matéria de competência legislativa sobre orçamento, assinale a opção correta.

- a) A União tem competência privativa para legislar a respeito.
- b) A União e os Estados-membros têm competência concorrente na matéria.
- c) Nem a União nem os Estados-membros têm competência para legislar sobre orçamento, uma vez que a Constituição já exauriu a regulação dessa matéria.
- d) Cabe exclusivamente à União legislar a respeito, mas lei complementar federal pode autorizar os Estados-membros a legislar sobre tópicos que especificar.
- e) Com relação ao tema, os Estados-membros legislam sobre normas gerais, ficando a competência suplementar com a União.

50- Assinale a opção correta.

- a) Na Federação brasileira, a União, os Estados-membros e o Distrito Federal são autônomos; os municípios, porém, não o são.
- b) Somente por meio de emenda à Constituição, os Estados-membros podem subdividir-se ou incorporar-se entre si.
- c) Cabe à União, com exclusividade, regular, aprovar e executar todo o processo de criação de Municípios no país.
- d) Não se contém no âmbito da autonomia do Estado-membro recusar fé pública a documentos providos de órgãos públicos de outro Estado-membro.
- e) Consideram-se bens do Estado-membro todos aqueles que se situam no seu território e não pertencem nem a algum Município nem a particulares.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

51- A finalidade, como elemento essencial à validade dos atos administrativos, é aquele reconhecido como o mais condizente com a observância pela Administração do princípio fundamental da

- a) legalidade
- b) impessoalidade
- c) moralidade
- d) eficiência
- e) economicidade

52- A fiscalização dos órgãos da Administração Pública Federal, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, será exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, sendo que ao TCU compete apreciar as contas anuais do Presidente da República e das suas decisões, em geral, cabe recurso para o Congresso, salvo as de que resulte imputação de débito, porque terão eficácia de título executivo.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque a apreciação das contas presidenciais é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- c) Incorreta a assertiva, porque das decisões do TCU não cabe recurso para o Congresso Nacional.
- d) Incorreta a assertiva, porque as decisões do TCU imputando débito não têm eficácia de título executivo.
- e) Incorreta a assertiva, porque o controle interno se restringe a verificar a regularidade contábil de contas.

53- As empresas públicas e sociedades de economia mista, no contexto da Administração Pública Federal, detêm alguns aspectos e pontos em comum, juridicamente, mas entre os que lhes são diferentes destaca-se

- a) a sua natureza jurídica.
- b) o regime jurídico dos seus servidores.
- c) o foro de controle jurisdicional.
- d) o tratamento fiscal privilegiado.
- e) a exigibilidade de licitação.

54- Os poderes vinculados e discricionários se opõem entre si, quanto à liberdade da autoridade na prática de determinado ato, os hierárquico e disciplinar se equivalem, com relação ao público interno da Administração a que se destinam, enquanto os de polícia e regulamentar podem se opor e/ou se equiparar, em cada caso, quer no tocante a seus destinatários (público interno e/ou externo) como no atinente à liberdade na sua formulação (em tese tais atos tanto podem conter aspectos vinculados e discricionários, como podem se dirigir a público interno e/ou externo da Administração).

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque o poder de polícia é sempre e necessariamente vinculado, só se dirigindo a público externo.
- c) Incorreta a assertiva, porque o poder regulamentar é sempre e necessariamente discricionário, só se dirigindo a um público interno.
- d) Incorreta a assertiva, porque o poder de polícia é sempre necessariamente discricionário, só se dirigindo a um público interno.
- e) Incorreta a assertiva, porque o poder regulamentar é sempre e necessariamente vinculado, só se dirigindo a um público externo.

55- A presunção de legitimidade é o atributo próprio dos atos administrativos

- a) que não admite prova de vício formal e/ou ideológico.
- b) que os torna irrevisíveis judicialmente.
- c) que impede sua anulação pela Administração.
- d) que autoriza sua imediata execução.
- e) que lhes dá condição de ser insusceptível de controle quanto ao mérito.

56- Os contratos administrativos, regidos pela Lei nº 8.666/93, poderão ser alterados unilateralmente pela Administração contratante, com as devidas justificativas, quando

- a) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- b) por ser conveniente a substituição da garantia de sua execução.
- c) necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- d) necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes.
- e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

57- Conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, é inexigível a licitação, quando houver inviabilidade de competição, em especial e atendidas determinadas condições:

- a) no caso de guerra.
- b) nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- c) quando não acudirem interessados à licitação anterior para o mesmo fim.
- d) quando a União tiver de intervir no domínio econômico, para regular preços ou normatizar o abastecimento.
- e) para a contratação de certos serviços técnicos especializados previstos na lei, inclusive o patrocínio ou defesa de causas judiciais.

58- Conforme previsão em norma constitucional expressa, aos servidores civis ocupantes de cargos públicos aplicam-se entre outros direitos dos trabalhadores urbanos o de

- a) fundo de garantia do tempo de serviço.
- b) seguro desemprego em caso de desemprego involuntário.
- c) seguro contra acidente de trabalho.
- d) renumeração de trabalho noturno superior à do diurno.
- e) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

59- Na fase do inquérito administrativo do processo disciplinar, a indicição do servidor será formulada

- a) logo na instauração do processo.
- b) quando tipificada a infração disciplinar.
- c) após a apresentação da defesa.
- d) no relatório final.
- e) no julgamento, ao ser aplicada a penalidade.

60- De acordo com previsão expressa na Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, no prazo de dez dias, salvo disposição legal específica em contrário.

- a) Incorreta a assertiva, porque o prazo geral para recurso é de trinta dias.
- b) Incorreta a assertiva, porque só cabe recurso em face de razões de legalidade.
- c) Incorreta a assertiva, porque só cabe recurso em face de razões de mérito.
- d) Incorreta a assertiva, porque o prazo geral para recurso é de quinze dias.
- e) Correta a assertiva.

---

#### **ORGANIZAÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DO MF E DA SRF**

61- • Realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura econômica é uma das áreas de competência do Ministério da Fazenda.

- Faz parte da estrutura básica do Ministério da Fazenda a Consultoria Jurídica.
- O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho Deliberativo da Política do Café integram a estrutura básica do Ministério da Fazenda.

- a) As três assertivas são verdadeiras.
- b) É falsa apenas a primeira assertiva.
- c) É verdadeira apenas a última assertiva.
- d) São verdadeiras apenas a primeira e a última assertivas.
- e) É verdadeira apenas a primeira assertiva.

62- À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda compete:

- a) administrar os haveres financeiros e mobiliários do Tesouro Nacional.
- b) realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.
- c) acompanhar a conjuntura econômica.
- d) promover o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores do Ministério da Fazenda.
- e) promover a integração do Sistema de Controle Interno com outros sistemas da Administração Pública Federal.

63- São vinculados ao Ministério da Fazenda os seguintes órgãos colegiados:

- a) Escola de Administração Fazendária e o Conselho Nacional de Seguros Privados.
- b) Conselho de Controle de Atividades Financeiras e a Diretoria de Auditoria de Programas da Área Econômica.
- c) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e a Câmara Superior de Recursos Fiscais.
- d) Comitê Brasileiro de Nomenclatura e o Banco Central do Brasil.
- e) 1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes e a Caixa Econômica Federal.

64- Avalie as informações abaixo e marque a opção correta.

- Coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, os estudos relacionados com projetos de leis, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos é competência da Secretaria-Executiva.
- Gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAP, é competência da Secretaria do Tesouro Nacional.
- No Ministério da Fazenda compete à Secretaria de Acompanhamento Econômico propor alternativas de políticas relativas ao setor externo, incluindo política cambial, comercial, balanço de pagamentos e mercado internacional de crédito.

- a) Não, Sim, Não
- b) Sim, Sim, Sim
- c) Sim, Não, Sim
- d) Não, Não, Não
- e) Sim, Não, Não

65- Avalie as informações abaixo e marque a opção correta.

- À Secretaria da Receita Federal compete propor medidas destinadas a compartilhar os valores previstos na programação financeira federal com a receita a ser arrecadada.
- A Secretaria do Tesouro Nacional, órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, tem como uma de suas competências manter e aprimorar o Plano de Contas Único da União.
- À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional compete examinar previamente a legalidade dos contratos, concessões, acordos, ajustes ou convênios que interessem à Fazenda Nacional, inclusive os referentes à dívida pública externa e, quando for o caso, promover a respectiva rescisão ou declaração de caducidade, por via administrativa ou judicial.

- a) Sim, Sim, Sim
- b) Não, Sim, Sim
- c) Não, Não, Sim
- d) Não, Não, Não
- e) Sim, Não, Não

66- Coloque **V** nas afirmativas verdadeiras, **F** nas falsas e assinale a opção correspondente.

- ( ) A Secretaria da Receita Federal, a Secretaria de Política Econômica e a Corregedoria da União integram a estrutura organizacional do Ministério da Fazenda.
- ( ) São entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda, o Banco do Estado do Piauí S.A., a Superintendência de Seguros Privados e o Banco do Estado de Santa Catarina S.A.
- ( ) Supervisionar, coordenar e orientar as Gerências Regionais de Administração do Ministério da Fazenda é competência da Secretaria Federal de Controle.
- ( ) Elaborar o Balanço Geral da União compete à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
- ( ) Uma das competências da Secretaria Federal de Controle Interno é consolidar os planos de trabalho das unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta.

- a) F, V, F, F, F
- b) F, V, F, V, F
- c) F, V, F, F, V
- d) F, F, V, V, V
- e) F, F, F, V, V

67- Entre as perguntas abaixo, indique aquela que merece resposta negativa.

1ª À Secretaria da Receita Federal compete a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor?

2ª Constitui área de competência do Ministério da Fazenda a administração das dívidas públicas interna e externa?

3ª Na estrutura básica do Ministério da Fazenda existe Secretaria-Executiva?

4ª Formular e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações é uma das finalidades da Secretaria da Receita Federal?

5ª A Comissão de Valores Mobiliários – CVM é entidade vinculada ao Ministério da Fazenda?

- a) a primeira
- b) a terceira
- c) a quinta
- d) a segunda
- e) a quarta

68- Avalie as informações abaixo e marque a opção correta.

- À Divisão de Tributação das Superintendências Regionais da Receita Federal compete elaborar minutas de decisão em processos de consulta sobre interpretação da legislação tributária.
- Desenvolver, implantar e manter sistemas de informação é competência da Divisão de Logística da Coordenação-Geral de Programação e Logística.
- Interpretar e aplicar a legislação fiscal, aduaneira e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias a sua execução, é competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

- a) As três assertivas são falsas.
- b) As três assertivas são verdadeiras.
- c) São verdadeiras apenas a primeira e a segunda assertivas.
- d) É verdadeira apenas a primeira assertiva.
- e) É falsa apenas a primeira assertiva.

69- É atribuição do Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Administração Tributária – CORAT:

- a) Autorizar, observado o sigilo fiscal, a cessão de informações a usuários externos.
- b) Propor políticas de arrecadação e de cobrança dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
- c) Praticar atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- d) Dirimir dúvidas quanto à interpretação da Legislação Tributária.
- e) Coordenar as ações fiscais em todo o território nacional, excetuadas as relativas ao comércio exterior.

70- Às Delegacias da Receita Federal de Julgamento – DRJ, nos limites de suas jurisdições, compete:

- a) julgar os recursos especiais de decisão não unânime de Câmara de Conselho de Contribuintes, quando contrária à lei ou à evidência da prova ou de decisão que der à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Câmara de Conselho de Contribuintes.
- b) avaliar o desempenho dos dirigentes e acompanhar a conduta funcional dos servidores da Secretaria da Receita Federal.
- c) informar ao Tribunal de Contas da União as irregularidades ou ilegalidades apuradas nas auditorias e fiscalizações de sua área de competência.
- d) julgar, em primeira instância, após instaurado o litígio, processos administrativos fiscais de determinação e exigência de créditos tributários, inclusive os decorrentes de vistoria aduaneira, e de manifestação de inconformidade do sujeito passivo contra apreciações dos Inspectores e dos Delegados da Receita Federal em processos administrativos relativos ao reconhecimento de direito creditório, ao ressarcimento, à imunidade, à suspensão, à isenção e à redução de tributos e contribuições administrados pela SRF.
- e) julgar os recursos voluntários de decisão de primeira instância sobre a aplicação da legislação referente a tributos, inclusive adicionais, e empréstimos compulsórios e contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal.



**ESAF**